



## **Licenciatura 2015-2016**

### **DIREITO DO TRABALHO I**

#### **4º ANO**

#### **Turma da Noite**

**Coordenação e regência: Profª Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho**

**Colaboradores: Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito**

**Mestre Isabel Vieira Borges**

### **PROGRAMA ABREVIADO**

#### **PARTE I**

#### **DOGMÁTICA GERAL**

##### **I**

#### **NOÇÕES GERAIS DE DIREITO DO TRABALHO**

##### **§ 1º - Objecto e âmbito do Direito do Trabalho**

1. O trabalho subordinado como objecto do Direito do Trabalho: da actividade laborativa à actividade laboral

1.1. As múltiplas valências do fenómeno do trabalho e o seu sentido jurídico

1.2. O trabalho como actividade produtiva valorizada *a se*

1.3. O trabalho como actividade livre: a actividade laborativa

1.4. O trabalho como actividade retribuída

1.5. O trabalho como actividade desenvolvida em situação de dependência: a actividade laboral

1.6. O enquadramento jurídico privado da actividade laboral

1.7. Conclusão: a actividade laboral como objecto nuclear do Direito do Trabalho

2. O âmbito do Direito do Trabalho e a sua natureza unitária



- 2.1. O surgimento das questões laborais e a tripartição clássica do Direito do Trabalho nas áreas do *direito das condições de trabalho*, do *direito individual do trabalho* e do *direito colectivo do trabalho*
- 2.2. O âmbito do Direito do Trabalho na actualidade e a sua *summa divisio*: a área regulativa das situações laborais individuais e a área regulativa das situações laborais colectivas. A natureza unitária da área jurídica

## § 2º - Evolução histórica e situação actual do Direito do Trabalho

- 3. A modernidade do Direito do Trabalho e os contributos pré-industriais para o seu desenvolvimento
  - 3.1. O surgimento do Direito do Trabalho no final do século XIX
  - 3.2. A modernidade do fenómeno do trabalho subordinado e a importância dos seus antecedentes pré-industriais
- 4. Evolução histórica e situação actual do Direito do Trabalho
  - 4.1. A evolução tradicional do Direito do Trabalho na senda da protecção do trabalhador
    - 4.1.1. A importância e as dimensões do princípio da protecção do trabalhador
    - 4.1.2. Fases e sentido geral da evolução do Direito do Trabalho sob o desígnio da protecção do trabalhador
  - 4.2. O Direito do Trabalho na actualidade e os seus desafios para o século XXI: as tendências da flexibilização
    - 4.2.1. A alteração dos pressupostos do desenvolvimento tradicional do Direito do Trabalho, a partir da década de setenta
    - 4.2.2. As tendências de evolução do Direito do Trabalho no último quarto do século XX: a flexibilização dos regimes laborais
- 5. Evolução histórica e situação actual do Direito do Trabalho português
  - 5.1. O surgimento do Direito do Trabalho em Portugal e a sua evolução histórica
    - 5.1.1. O surgimento do Direito do Trabalho na transição do século XIX para o século XX
    - 5.1.2. A fase da consolidação: a 1ª República
    - 5.1.3. A fase da publicização: o Direito do Trabalho no corporativismo
    - 5.1.4. Evolução recente: o Direito do Trabalho no quadro constitucional vigente
  - 5.2. Situação actual do Direito do Trabalho português - uma referência especial ao Código do Trabalho
    - 5.2.1. O contexto da reforma laboral: a situação do Direito do Trabalho no início do século XXI e as suas perspectivas para o futuro
    - 5.2.2. A reforma laboral em curso - breve apreciação do Código do Trabalho e respectiva regulamentação

### **§ 3º - Características do Direito do Trabalho e disciplinas próximas**

#### 6. Características do Direito do Trabalho

- 6.1. O Direito do Trabalho como direito privado
- 6.2. O Direito do Trabalho como direito privado especial dotado de autonomia sistemática
- 6.3. O Direito do Trabalho como direito não institucional
- 6.4. O Direito do Trabalho como direito compromissório
- 6.5. A sensibilidade social e a porosidade ideológica e linguística do Direito do Trabalho
- 6.6. A tendência expansionista do Direito do Trabalho
- 6.7. O Direito do Trabalho como ramo jurídico dotado de autonomia dogmática (remissão)

#### 7. O Direito do Trabalho e as disciplinas jurídicas próximas

### **§ 4º - O Direito do Trabalho na Ciência Jurídica**

8. O ensino universitário das matérias laborais e a produção científica no domínio laboral - breve excuro histórico

9. Parâmetros metodológicos do ensino das matérias laborais no Curso de Direito

10. Indicações bibliográficas gerais

## **II**

# **FONTES E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO**

### ***Secção I - As fontes do Direito do Trabalho***

11. O sistema de fontes laborais: enunciado geral e classificação

### **§ 5º - A Constituição laboral**

12. Aspectos gerais e importância da Constituição laboral

13. Princípios constitucionais de incidência laboral: enunciado e classificação

14. A importância da Constituição na hierarquia das fontes laborais e a eficácia civil dos direitos laborais fundamentais

14.1. Aspectos gerais

14.2. O problema da eficácia civil dos direitos laborais fundamentais

### **§ 6º - As fontes internacionais e comunitárias**

15. O Direito Internacional e as organizações laborais internacionais
  - 15.1. Aspectos gerais; recepção na ordem jurídica nacional
  - 15.2. Instrumentos internacionais com normas de incidência laboral e organizações internacionais de vocação laboral; a Organização Internacional do Trabalho
16. O Direito Comunitário em matéria social
  - 16.1. Evolução geral
  - 16.2. A livre circulação de trabalhadores
  - 16.3. As condições de trabalho em sentido amplo
  - 16.4. O emprego e a formação profissional; o Fundo Social Europeu
  - 16.5. A igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens e a proibição de discriminação em geral
  - 16.6. Os contratos de trabalho especiais e outras situações laborais especiais
  - 16.7. A tutela dos trabalhadores perante vicissitudes do empregador ou da empresa
  - 16.8. O diálogo social e a representação dos trabalhadores ao nível europeu

### **§ 7º - As fontes internas comuns**

17. A lei: em especial o Código do Trabalho e respectiva Lei de Regulamentação e demais legislação laboral
  - 17.1. Aspectos gerais
  - 17.2. O Código do Trabalho
  - 17.3. A Regulamentação do Código do Trabalho
  - 17.4. Outros diplomas laborais
18. As especificidades da produção normativa no domínio laboral:
  - 18.1. O direito de consulta e de participação dos trabalhadores e dos empregadores na elaboração das leis laborais; a legislação laboral negociada
  - 18.2. As normas convénio-dispositivas
19. O costume e os usos laborais
  - 19.1. O costume
  - 19.2. Os usos laborais
20. A jurisprudência e a doutrina

### **§ 8º - As fontes internas específicas**

21. As convenções colectivas de trabalho
  - 21.1. Aspectos gerais: a importância da convenção colectiva como fonte de Direito do Trabalho
  - 21.2. Tipologia das convenções colectivas de trabalho
22. Outras fontes autónomas
  - 22.1. O acordo de adesão



- 22.2. A deliberação de arbitragem voluntária
- 23. As fontes heterónomas
  - 23.1. A portaria de extensão
  - 23.2. A portaria de condições de trabalho
  - 23.3. A deliberação de arbitragem obrigatória e necessária
- 24. A questão do regulamento da empresa

## ***Secção II - Interpretação e aplicação das normas laborais: o favor laboratoris***

- 25. Considerações gerais. Sequência
- 26. O princípio do *favor laboratoris*: relevo geral e evolução recente
  - 26.1. Delimitação geral e importância do *favor laboratoris*
  - 26.2. As operações técnicas pressupostas no *favor laboratoris*: a determinação da natureza das normas laborais e os critérios de comparação das fontes laborais
  - 26.3. O *favor laboratoris* no nosso sistema juslaboral: situação anterior ao Código do Trabalho
  - 26.4. O *favor laboratoris* no Código do Trabalho: apreciação geral
- 27. Interpretação e integração das normas laborais
- 28. Conflitos de fontes laborais no tempo: o problema dos direitos adquiridos
- 29. Conflitos de fontes laborais no espaço
- 30. Concorrência entre instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho
- 31. Conflitos hierárquicos de fontes laborais e relação entre as fontes laborais e o contrato de trabalho
  - 31.1. Aspectos gerais. Razão de ordem
  - 31.2. Os conflitos hierárquicos de fontes: em especial, a relação entre as normas legais e os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho
  - 31.3. A relação entre as fontes laborais e o contrato de trabalho

### **III**

## **ALICERCES DOGMÁTICOS DO DIREITO DO TRABALHO**

### **Secção I - As pessoas juslaborais**

- 32. Questões gerais. O conceito de pessoa laboral

#### **§ 9º - O trabalhador e o empregador**



- 33. O trabalhador subordinado
  - 33.1. Delimitação geral e figuras próximas
  - 33.2. As categorias de trabalhadores
- 34. O empregador e a empresa laboral
  - 34.1. Delimitação geral da figura do empregador
  - 34.2. A empresa laboral: delimitação geral e importância
  - 34.3. Tipologia das empresas laborais
  - 34.4. A pluralidade de empregadores

### **§ 10º - As pessoas juslaborais colectivas**

- 35. Aspectos gerais
- 36. Associações sindicais
- 37. Comissões de trabalhadores
- 38. Conselhos de empresa europeus e conselhos de trabalhadores
- 39. Associações de empregadores

## ***Secção II - As situações jurídicas laborais nucleares e derivadas***

### **§ 11º - Evolução geral**

- 40. A relação de trabalho como situação jurídica central do Direito do Trabalho: apreciação crítica
- 41. A alternativa: as situações jurídicas laborais nucleares inerentes à qualidade de trabalhador subordinado e à qualidade de empregador e as situações laborais derivadas
  - 41.1. As situações jurídicas laborais nucleares
  - 41.2. As situações jurídicas laborais derivadas; o vínculo de trabalho

### **§ 12º - O vínculo de trabalho: evolução e reconstrução dogmática**

- 42. O vínculo de trabalho: evolução histórica e dogmática
  - 42.1. Aspectos gerais; sequência
  - 42.2. A construção civilista: a recondução do vínculo laboral às figuras da locação ou da prestação de serviços
  - 42.3. As concepções comunitário-pessoais do vínculo de trabalho
  - 42.4. As críticas à concepção comunitário-pessoal do vínculo de trabalho e a reconstrução obrigacional deste vínculo; a teoria da remuneração
  - 42.5. Síntese crítica



- 43. Reconstrução do vínculo laboral: o conteúdo do contrato de trabalho e a sua singularidade dogmática
  - 43.1. Os pontos de partida da construção: a natureza negocial do vínculo de trabalho e a sua complexidade interna
  - 43.2. A delimitação objectiva do vínculo de trabalho: a actividade laboral e os deveres acessórios do trabalhador
    - 43.2.1. A actividade laboral: actividade e resultado; actividade e disponibilidade do trabalhador
    - 43.2.1. Os deveres acessórios do trabalhador: deveres acessórios integrantes e deveres acessórios independentes da prestação principal
  - 43.3. A delimitação objectiva do vínculo de trabalho (cont.): a retribuição e os deveres acessórios do empregador
    - 43.3.1. A retribuição
    - 43.3.2. Os deveres acessórios do empregador
  - 43.4. A delimitação subjectiva do vínculo laboral: a subordinação do trabalhador e os poderes laborais do empregador
    - 43.4.1. A subordinação do trabalhador
    - 43.4.2. Os poderes laborais: poder de direcção e poder disciplinar
  - 43.5. A componente de personalidade e a componente organizacional do vínculo de trabalho
    - 43.5.1. A componente organizacional
    - 43.5.2. A componente de personalidade
  - 43.6. Conclusão: a reconstrução do conteúdo do contrato de trabalho a partir dos conceitos de relação de trabalho e de relação de emprego. A singularidade do vínculo laboral no panorama dos vínculos obrigacionais

### **Secção III - A autonomia dogmática do Direito do Trabalho**

#### **§ 13º - Evolução do problema da autonomia dogmática do Direito do Trabalho e tendências actuais**

- 44. Enunciado e importância do problema da autonomia dogmática
- 45. O posicionamento tradicional do problema e a sua evolução
- 46. A crise dogmática do Direito do Trabalho

#### **§ 14º - O reposicionamento do problema**

- 47. Premissas e metodologia da indagação pela autonomia dogmática do Direito do Trabalho

- 48. Os fundamentos estruturais da autonomia dogmática: a singularidade dos principais institutos laborais
  - 48.1. A singularidade do contrato de trabalho
  - 48.2. A singularidade da convenção colectiva de trabalho
  - 48.3. A singularidade do direito de greve
- 49. Os fundamentos sistemáticos da autonomia: a dimensão colectiva integral do Direito do Trabalho e os seus recursos técnicos específicos
  - 49.1. A dimensão colectiva integral do Direito do Trabalho
  - 49.2. As especificidades do Direito do Trabalho na construção e na aplicação das suas normas e na tutela dos seus interesses
- 50. Conclusão: o reconhecimento da autonomia dogmática do Direito do Trabalho pela singularidade dos seus institutos e pela sua maturidade como área jurídica

#### **Secção IV - Os princípios fundamentais do Direito do Trabalho**

##### **§ 15º - Aspectos gerais**

- 51. As consequências do reconhecimento da autonomia dogmática: os princípios próprios do Direito do Trabalho
- 52. A autonomia dogmática e a relação entre o Direito do Trabalho e o Direito Civil

##### **§ 16º - Enunciado e classificação dos princípios gerais do Direito do Trabalho**

- 53. Enunciado geral
- 54. O princípio da compensação da posição devedora complexa das partes no contrato de trabalho e as suas projecções
  - 54.1. Enunciado geral e vertentes do princípio da compensação: o princípio da protecção do trabalhador; o princípio da prevalência dos interesses de gestão
  - 54.2. As projecções do princípio da protecção do trabalhador
    - 54.2.1. Aspectos gerais
    - 54.2.2. Algumas projecções em especial: o *favor laboratoris*; o princípio da segurança no emprego; a tutela dos direitos de personalidade; a tutela dos direitos inerentes à maternidade, à paternidade e à conciliação (remissão)
  - 54.3. As projecções do princípio da prevalência dos interesses de gestão
  - 54.4. Síntese
- 55. O princípio do colectivo e as suas projecções
  - 55.1. Enunciado geral e importância
  - 55.2. As projecções do princípio do colectivo: a autonomia colectiva, a intervenção dos trabalhadores na gestão, a primazia do colectivo, a interdependência dos vínculos laborais na organização e a igualdade de tratamento
- 56. O princípio da auto-tutela e as suas projecções



## **PARTE II**

### **SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS**

#### **I**

### **A FORMAÇÃO DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS: O CONTRATO DE TRABALHO**

#### **§ 17º - Delimitação do contrato de trabalho**

- 57. Noção e elementos essenciais do contrato de trabalho
- 58. Figuras afins do contrato de trabalho
- 59. As situações de parasubordinação: o trabalho no domicílio e os contratos «equiparados» ao contrato de trabalho
- 60. Características do contrato de trabalho
- 61. Tipologia dos contratos de trabalho: contrato de trabalho comum, contratos de trabalho especiais e contratos de trabalho sujeitos a regras específicas, atinentes ao tipo ou à situação dos trabalhadores

#### **§ 18º- Formação do contrato de trabalho**

- 62. Pressupostos do contrato de trabalho
- 63. Processo de formação do contrato de trabalho
  - 63.1. Regras gerais
  - 63.2. Promessa de trabalho
  - 63.3. Concurso para a celebração de um contrato de trabalho
  - 63.4. Contrato de trabalho por adesão e cláusulas contratuais gerais
- 64. Deveres especiais na formação do contrato de trabalho
  - 64.1. Dever de informação
  - 64.2. Dever de não discriminação
- 65. Forma e formalidades no contrato de trabalho
  - 65.1. Regras especiais em matéria de forma no contrato de trabalho
  - 65.2. Forma e formalidades
- 66. Período experimental
- 67. Os valores negativos do contrato de trabalho: invalidade e convalidação do contrato de trabalho; relações laborais de facto
  - 67.1. A invalidade do contrato de trabalho: regras especiais
  - 67.2. A redução e a conversão dos negócios laborais inválidos
  - 67.3. A convalidação do contrato de trabalho

#### **II**

### **CONTEÚDO DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS**

## **Secção I - Do conteúdo em geral e conteúdos especiais no contrato de trabalho**

### **§ 19º - Conteúdos gerais típicos do contrato de trabalho**

- 68. A fixação do conteúdo do contrato de trabalho: interpretação e integração do contrato de trabalho
- 69. Conteúdos gerais típicos do contrato de trabalho
  - 69.1. Condição e termo no contrato de trabalho
  - 69.2. Cláusulas limitativas da liberdade de trabalho na pendência do contrato de trabalho
  - 69.3. Contratos de trabalho em união com outros contratos
- 70. Relação de trabalho típica e emergência de novos modelos de vínculo laboral

### **§ 20º- Contratos de trabalho sujeitos a regime especial: o contrato de trabalho a termo resolutivo**

- 71. Delimitação geral
- 72. Evolução histórica e análise comparativa
- 73. Regime jurídico do contrato de trabalho a termo resolutivo
  - 73.1. Fundamentos do contrato de trabalho a termo resolutivo
  - 73.2. Forma e formalidades
  - 73.3. Duração, renovações e conversão
  - 73.4. Cessação: causas específicas e efeitos acessórios

### **§ 21º - Outros contratos de trabalho sujeitos a regime especial**

- 74. Contrato de trabalho temporário
- 75. Contrato de teletrabalho
- 76. Contrato de trabalho em regime de comissão de serviço
- 77. Contrato de trabalho a tempo parcial
- 78. Contrato de trabalho em funções públicas
- 79. Outras situações
  - 79.1. Contrato de serviço doméstico
  - 79.2. Contrato de trabalho na agricultura
  - 79.3. Contrato de trabalho de profissionais de espectáculo
  - 79.4. Contratos de trabalho a bordo
  - 79.5. Contrato de trabalho portuário
  - 79.6. Contrato de trabalho do praticante desportivo

### **§ 22º- Outros regimes laborais especiais**

---



80. Contrato de trabalho com menores
81. Contrato de trabalho com trabalhadores deficientes, com doença crónica ou com capacidade de trabalho reduzida
82. Contrato de trabalho com estrangeiros
83. Contrato de trabalho com estudantes

### **Elementos bibliográficos obrigatórios**

- RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Tratado de Direito do Trabalho I – Dogmática Geral*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2015, *Tratado de Direito do Trabalho II - Situações Laborais Individuais*, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2014, e *Tratado de Direito do Trabalho III – Situações Laborais Colectivas*, 2ª ed., Coimbra, Almedina, 2015
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Da Autonomia Dogmática do Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2001
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Estudos de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2003
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Direito Social da União Europeia*, Coimbra, Almedina, 2009
- RAMALHO, Maria do Rosário Palma / BORGES, Isabel Vieira (Org.) – *Código do Trabalho e Legislação Complementar*, 4ª ed., Lisboa, AAFDL, 2015

### **Elementos bibliográficos de consulta recomendada**

- AMADO, João Leal - *Contrato de Trabalho*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2014
- CORDEIRO, António Menezes - *Manual de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 1991
- GOMES, Júlio Vieira - *Direito do Trabalho*, I, Coimbra, Coimbra Editora, 2007
- MARTINEZ, Pedro Romano - *Direito do Trabalho*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2015
- MARTINEZ, Pedro Romano / MONTEIRO, Luis Miguel / VASCONCELOS, Joana / BRITO, Pedro Madeira de / DRAY, Guilherme / SILVA, Luís Gonçalves da - *Código do Trabalho Anotado*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2013